

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA

REFORMA CURRICULAR

ABRIL, 2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Reitoria**

Profa. Girlene Alves da Silva – Reitora

Prof. Telmo Mota Ronzani – Vice-Reitor

**Direção da FACC**

Profa. Cristina Sayuri Cortes Ouchi Dusi – Diretora

Prof. Fabrício Pereira Soares – Vice-Diretor

**Departamento de Ciências Administrativas**

Prof. Victor Cláudio Paradela Ferreira

**Departamento de Finanças e Controladoria**

Profa. Flávia Vital Januzzi

**Coordenação do Curso de Administração**

Prof. Leandro Ribeiro Silva

**Coordenação do Curso de Ciências Contábeis**

Prof. Angelino Fernandes Silva

**Coordenação do Bacharelado em Administração Pública, EaD**

Prof. Rodrigo Ferraz de Almeida

## **Apresentação**

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que, na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, nos idos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em oito semestres, com carga horária total de 3.180 (três mil e cento e oitenta) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades a distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de IPES que atuou colaborativamente na busca de um objetivo.

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área pública

(Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada IPES. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as IPES aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs); e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação

à Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de matérias didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

## **SUMÁRIO**

Apresentação .....	3
1 Dados de Identificação do Curso.....	8
2 Introdução.....	10
3 Justificativa.....	12
4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos.....	14
5 Diretoria de Educação a Distância da Capes .....	15
8.1 – Missão .....	21
8.2 – Princípios e Valores .....	21
8.3 – Outros aspectos .....	22
9 - Concepção do Curso de Administração Pública à distância.....	23
9.1- Diretrizes metodológicas para a formação do Curso .....	23
9.2- Dimensões de formação.....	24
9.3.1- Objetivo Geral .....	26
9.3.2- Objetivos específicos .....	26
9.4- Perfil do egresso .....	27
9.5- Organização curricular.....	29
9.6- Carga horária .....	31
9.7- Matriz curricular .....	31
9.8- Conteúdo programático .....	36
9.9- Disciplinas eletivas.....	37
9.10- Temas Contemporâneos na Gestão Pública .....	37
9.11- Estágio Supervisionado .....	37
9.13 - Flexibilização Curricular (Atividades Complementares) .....	40
10 - Estrutura Administrativo-Pedagógica .....	41
10.1- Equipe Multidisciplinar .....	42
10.2- Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar.....	42
11 - Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa .....	46
11.3 - Sistema de Tutoria .....	47
11.4 - Encontros presenciais.....	48
12 - Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem.....	50
12.1 - Avaliação Institucional .....	50

12.2 - Avaliação dos Subsistemas de EaD .....	50
12.3 - Avaliação de Aprendizagem .....	51
13 - Processo de Comunicação-interação entre os participantes .....	53
Referências .....	54
ANEXO A – Sugestão de Fluxo .....	55
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	130
CAPÍTULO II - DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO (COE) .....	130
CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO .....	131
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS .....	132

## **1 Dados de Identificação do Curso**

a) Nome do Curso:

Bacharelado em Administração Pública, modalidade à distância.

b) Proponente:

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Departamento de Ciências Administrativas (CAD).

c) Público-alvo:

Interessados em estudar e discutir a temática de governo e Administração Pública. Servidores de todos os níveis e poderes do Estado.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas 150 vagas, distribuídas nos Polos de Educação a Distância (UAB) do Curso em Administração Pública – PNAP da Universidade Federal de Juiz de Fora com abrangência aos municípios circunvizinhos. Os polos podem variar entre os atuais cinco podendo chegar a seis polos.

e) Formas de ingresso:

O processo seletivo para o curso obedece aos critérios de determinados órgãos da Universidade: A Coordenação Geral de Processos Seletivos (COPESE), supervisionada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFJF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias. Adicionalmente, critérios, regras e normas estabelecidos nos editais de seleção também atendem às recomendações e disposições dos seguintes órgãos da UFJF: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Centro de Educação a Distância (CEAD), Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO), Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA), Coordenação de Execução e Suporte Financeiro (COESF) e Central de Atendimento (CAT). Tomando por base o último edital, de 2018, o ingresso nos Cursos de graduação a distância ocorreu por duas modalidades de ingresso:

a) Processo Seletivo de Provas, para o qual concorre na proporção de 70% (setenta por cento) do total das vagas ou;

- b) Aproveitamento da pontuação obtida em uma das duas mais recentes edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para o qual concorre na proporção de 30% (trinta por cento) do total das vagas.
- c) Duração do curso:

Mínimo de 8 semestres e máximo de 12 semestres, de acordo com o Artigo 71 do Regimento Acadêmico da Graduação da UFJF.

- d) Previsão para início das atividades:

A presente reforma está prevista para iniciar na próxima seleção para o curso, programada para o primeiro semestre do presente ano, de acordo com os critérios a serem decididos pelos órgãos competentes acima elencados (letra e) da UFJF.

## **2 Introdução**

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB e, consequentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas IPES, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender à demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a UFJF oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O PPC está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Diretrizes Curriculares Nacional (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização;
- X. concepção e composição das atividades complementares e extensionistas, e
- XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

### **3 Justificativa**

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estadosmembros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que conte com essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsávelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente por meio da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

#### **4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos**

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnicoraciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

## **5 Diretoria de Educação a Distância da Capes**

A Diretoria de Educação à Distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as IPES e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

## **6 Caracterização regional**

A UFJF é uma instituição pública brasileira de ensino superior, situada em local estratégico, entre três importantes capitais brasileiras, quais sejam: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Seu campus sede localiza-se em Juiz de Fora que, com 516 mil habitantes (Censo 2010), é uma das cidades mais populosas de Minas Gerais e um centro de referência na Zona da Mata Mineira.

A Zona da Mata de Minas Gerais é formada por 142 municípios, pertencentes a sete microrregiões geográficas, que concentram 2,7 milhões de pessoas. Juiz de Fora é a mais importante microrregião e o maior e mais influente polo da Zona da Mata, correspondendo a 33,4% da população total e metade da participação do PIB industrial e de serviços de tal região.

A Universidade Federal de Juiz de Fora contribui para que a cidade de Juiz de Fora se constitua em verdadeiro polo educacional que atrai estudantes das cidades do entorno bem como de outros estados do Brasil. Mais de 50% dos alunos aprovados pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSu) são oriundos de outros municípios. A UFJF, por meio de suas ações, vem se consolidando como um dos principais centros regionais de formação de recursos humanos e de geração de conhecimento. Desta forma, tem participação decisiva no desenvolvimento regional. Ao longo de sua trajetória, tem comprovado esta vocação, mantendo uma estreita articulação com os diversos setores da sociedade – quer no papel de parceira, quer no papel de proponente e executora de projetos que atendem às demandas sociais.

Estudos recentes, realizados na Faculdade de Economia da UFJF, evidenciaram a importância da UFJF na economia da cidade e região da Zona da Mata, em função do impacto dos investimentos feitos pela universidade em sua infraestrutura. A análise foi feita em duas partes: mensurou-se primeiramente o impacto dos investimentos na construção de salas de aula, novos laboratórios, áreas administrativas etc. Na segunda parte, verificou-se o impacto da aquisição de equipamentos. Além do impacto financeiro, procurou-se também quantificar os empregos criados em decorrência desses investimentos. Constatou-se um efeito multiplicador de 1,67 para os investimentos em obras, isto é, para cada R\$100 investidos são gerados na economia R\$167 de atividade econômica. Verificou-se, também, que 81% do impacto desse investimento recai sobre a economia de Juiz de Fora. Os 19% restantes são divididos para o estado de Minas Gerais (3%) e para o restante do Brasil (16%). Em Juiz de Fora, os principais

setores afetados são os de comércio e serviços (que inclui a construção civil), ficando com 82% do total. O restante diz respeito a outras indústrias (equipamentos e insumos), transportes e serviços públicos (inclui energia e saneamento). Já em relação ao impacto dos investimentos em equipamentos, chegou-se a um efeito multiplicador ainda maior: 2,09. Portanto, para cada R\$100 investidos são gerados na economia R\$209 de atividade econômica. Para Juiz de Fora, ficam 67% do efeito total, seguido do restante do Brasil (23%) e de Minas Gerais (10%). Neste caso, o setor mais beneficiado é o da indústria.

Como ações da UFJF para uma expressiva inserção regional destacam-se:

- A Incubadora de Base Tecnológica (IBT) que, por meio de seu Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT), tem uma atuação importante na geração de empregos e renda, principalmente em setores que demandam mão de obra qualificada como Tecnologia de Informação, Design, Eletrônica, entre outros. Deve-se ressaltar que a IBT gera um ambiente de intercâmbio de informações e conhecimentos que é fundamental para o crescimento das empresas incubadas e que também ajuda a fomentar o crescimento econômico da cidade de Juiz de Fora e região.
- A participação da UFJF como membro fundador da Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região, bem como a sua participação nas Redes Mineiras de Inovação e Propriedade Intelectual, Farmacologia e Toxologia, Bioterismo, Bioinformática e Química.
- A implantação do Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região (PCTJFR), uma importante iniciativa da UFJF, em parceria com o município de Juiz de Fora e o Governo do Estado de Minas Gerais, cujo Comitê Técnico é composto por importantes atores do processo de desenvolvimento regional, ao lado da UFJF, tais como: a Embrapa Gado de Leite, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de MG, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, o Pólo de Excelência do Leite, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Centro Industrial de Juiz de Fora, além da referida Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região. Através do PCTJFR, a UFJF pretende criar um ambiente de inovação e negócios, estimulando a criatividade e favorecendo um processo sinergético entre os empreendimentos que ali se encontrarem. Esse projeto foi idealizado como instrumento

de desenvolvimento regional, onde a produção científica gerada na instituição é integrada às demandas tecnológicas da região, contribuindo então para o desenvolvimento das cadeias produtivas locais e consequentemente aumentando a competitividade da área de influência do empreendimento. Os parques tecnológicos são um exemplo de nichos de inovação e são definidos como um complexo organizacional que agrupa, num mesmo contexto espacial, empresas de base tecnológica, universidades e outros centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de natureza pública ou privada, com o objetivo de incentivar a inovação tecnológica, por meio do fornecimento de infraestrutura e serviços compartilhados, e de proporcionar interações cooperativas entre as instituições nele instaladas.

Deve ser referenciado, ainda, o Instituto Nacional de Energia Elétrica (INERGE), com sede e coordenação na UFJF, que coloca lado a lado pesquisadores das Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF), Itajubá (UNIFEI), Rio de Janeiro (UFRJ), Fluminense (UFF) e São João Del Rei (UFSJ), a fim de atuar em pesquisas científicas e tecnológicas com alto padrão de qualidade na área de Energia Elétrica, buscando competir em nível internacional. Trata-se de uma parceria em importante área científica que, integrando institutos regionais, promove a inserção destes no cenário internacional. Em síntese, pode-se afirmar que os diversos esforços da UFJF no sentido de promover articulação interinstitucional, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e à consolidação de ambiente propício à inovação, têm possibilitado a conversão dos conhecimentos acadêmicos em tecnologias disponíveis ao atendimento de demandas sociais.

Desta forma, a UFJF vem contribuindo decisivamente para a promoção do desenvolvimento social e econômico de sua região, embora a ressonância de suas atividades não se limite à escala regional. Além das ações relacionadas à região de Juiz de Fora, a UFJF também planeja e desenvolve ações voltadas para a cidade de Governador Valadares que está situada na mesorregião do Vale do Rio Doce, Leste do Estado de Minas Gerais. Com população estimada para 2014 de 276.995 habitantes, o município é o mais populoso da mesorregião e o quinto mais populoso do estado, ocupando uma área de 2342,3 km<sup>2</sup> (IBGE). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, apontado pelo Atlas Brasil, foi de 0,727 em 2010, considerado alto pela Organização das Nações Unidas (ONU). O município fica a 320 km da capital do Estado, Belo Horizonte, e a 460 km de Juiz de Fora, município sede da UFJF. Governador Valadares conta com outras instituições de ensino superior, como um campus do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), que oferta vagas em cursos técnicos, graduação e

graduação tecnológica; um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com cursos na modalidade de EaD, ofertados por diferentes instituições; e instituições privadas de ensino superior. A implantação do campus da UFJF em Governador Valadares veio ao encontro de uma demanda social, levantada pela prefeitura municipal e pelo Ministério da Educação (MEC), por cursos específicos não ofertados de forma gratuita na região. Com a oferta desses cursos e de outras atividades desenvolvidas pela universidade, busca-se fomentar o desenvolvimento do município e da região.

A cidade de Juiz de Fora é um importante polo político, econômico e cultural da Zona da Mata mineira, conhecida como a “Manchester mineira” num passado não muito distante, em função de sua vocação industrial, tal qual a cidade inglesa. No entanto, de alguns anos para cá, a cidade vem se transformando, perdendo sua vocação inicial e dando lugar a um campo de ação mais eclético e plural, abrigando empresas de todos os portes e segmentos, como também organizações públicas e não governamentais, além de pequenos empreendimentos individuais. Ao mesmo tempo, a cidade vem experimentando um crescimento muito significativo no campo educacional, com a ampliação expressiva no nível superior.

Neste sentido, destacam-se dois movimentos: a expansão de vagas por meio da criação de diversas faculdades privadas, e a expansão da UFJF por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa federal implementado em 2007. Em Juiz de Fora há 19 cursos de Administração privados. Na UFJF, a FACC oferece os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Administração presencial integral e noturno, com uma oferta anual total de 80 vagas; Bacharelado em Administração Pública a distância, cuja oferta total anual é de 250 vagas e o Curso de Ciências Contábeis, cuja oferta total anual é de 80 vagas.

## **7 - Integração e articulação da Educação a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora ao Sistema Universidade Aberta do Brasil**

A Universidade Federal de Juiz de Fora, ao aderir ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP, vinculado à Universidade Aberta do Brasil (UAB) sempre procurou atender aos editais voltados aos Bacharelados em Administração, especificamente em Administração Pública.

No ano de 2006, em resposta a uma demanda do Ministério da Educação (MEC) para a implementação de um curso de Graduação em Administração na modalidade a distância, a então Faculdade de Economia e Administração (FEA), hoje FACC, por meio do seu Departamento de Ciências Administrativas, aderiu ao Projeto Piloto, ação esta compartilhada por mais 24 IPES. Esta iniciativa contou com a inserção nacional de mais de dez mil alunos. Deste total, a contribuição da UFJF foi com 384 vagas.

Desde então, a postura da FACC em parceria com o CEAD, tem sido de responder positivamente aos editais de reoferta do curso nos polos já atendidos. Mais recentemente, em resposta ao Ofício Circular nº 43/2019-CPCF/CGPC/DED/CAPES que trata da Apresentação do novo Projeto Pedagógico do Bacharelado de Administração Pública (BAP) do PNAP, mais uma vez a FACC em parceria com CEAD vem manifestar a continuidade do projeto exitoso de mais de uma década e dará continuidade ao curso com a presente reforma curricular.

Especificamente, atualmente o BAP oferta vagas nos Polos de Juiz de Fora, Governador Valadares, Divinópolis, Sete Lagoas e Carandaí, conforme a distribuição de vagas abaixo:

**Quadro 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas**

Nº	Município Polo	Número de Vagas
01	Juiz de Fora	30
02	Governador Valadares	30
03	Divinópolis	30
04	Sete Lagoas	30
05	Carandaí	30

## **8 - Aspectos institucionais**

Na qualidade de Instituição Federal de Ensino Superior, comprometida com o seu papel de promoção do conhecimento e da cultura, a UFJF está sempre na busca de novas possibilidades e caminhos em direção a alavancar o desenvolvimento, mas sem deixar de lado a tradição, que a coloca como uma das principais universidades do país. O objetivo da UFJF é manter o seu padrão de qualidade, estando sempre atualizada quanto às novas tecnologias e às inovações nos campos do ensino, pesquisa e extensão. Para isso, investe na construção e manutenção de centros de pesquisa, permitindo aos seus alunos que se desenvolvam e possam conquistar uma formação profissional de excelência nas mais variadas áreas do conhecimento humano com os quais atua.

Uma instituição pública com qualidade é aquela que se preocupa em promover a cidadania e desenvolvimento social. E é para essa direção que a UFJF procura voltar todos os seus esforços. Assim, por entender que a sociedade é o principal setor que a mantém, a Universidade atua no sentido de apresentar à comunidade externa o resultado deste investimento, por meio de programas e projetos que têm por objetivo promover o bem-estar e a qualidade de vida da população. Desta forma, os estudantes da UFJF podem contar com uma graduação completa, que se propõe a unificar o aprimoramento profissional aos aspectos da formação cidadã.

### **8.1 – Missão**

Formar profissionais de excelência acadêmica e profissional, cidadãos ética e politicamente envolvidos com a sociedade. Nesta proposição, tem o compromisso de zelar pelo bem público, a partir da formulação e cumprimento de critérios transparentes, fundamentados na legislação, diretrizes, normas e regulamentações educacionais.

### **8.2 – Princípios e Valores**

Os princípios e valores da UFJF são os seguintes:

- Liberdade de expressão através do ensino, da pesquisa e da divulgação do pensamento, da cultura, da arte e do conhecimento;
- Pluralismo de ideias;
- Gratuidade do ensino;
- Gestão democrática;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim se pode afirmar que a formação universitária obedecerá aos princípios fundados no respeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana, e terá em vista a realidade brasileira, sendo vedado à Universidade tomar posição sobre questões político-partidárias ou religiosas, bem como adotar medidas discriminatórias ou baseadas em preconceitos de quaisquer naturezas.

### 8.3 – Outros aspectos

Para consecução de sua finalidade a UFJF mantém cotidianamente o compromisso de:

- Constituir-se como fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na sociedade;
- Estudar os problemas socioeconômicos e ambientais da região, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento nacional, visando à qualidade de vida;
- Promover por meio do ensino, da pesquisa e da extensão todas as formas de conhecimento, visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da profissão nos diferentes campos de trabalho, da investigação, do magistério e das atividades culturais políticas e sociais;
- Manter ampla e diversificada interação com a comunidade;
- Interagir com os poderes públicos e outras instituições educacionais, científicas tecnológicas artísticas e culturais, nacionais e estrangeiras;
- Desempenhar outras atividades na área de sua competência.

## **9 - Concepção do Curso de Administração Pública à distância**

A concepção do curso de Administração Pública à distância, se baseou nas premissas e diretrizes legais e institucionais com o objetivo de formar profissionais com competências sólidas em Administração Pública, exercendo de forma ética papéis de gestores em organizações governamentais e não-governamentais, contribuindo para o desenvolvimento do país.

### **9.1- Diretrizes metodológicas para a formação do Curso**

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e

- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

- I – o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela república e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II – a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;
- III – a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

## 9.2- Dimensões de formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

Epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e

Profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

## 9.3- Concepção pedagógica do Curso

A concepção do Curso de BAP está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores promotores de bens e serviços públicos.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

O TCC está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto de TCC. Na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.

### **9.3.1- Objetivo Geral**

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

### **9.3.2- Objetivos específicos**

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios morais, desenvolvendo-o como ser humano e como profissional;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar profissionais já inseridos no mercado para atuação na gestão pública;

VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

#### 9.4- Perfil do egresso

O BAP da Universidade Federal de Juiz de Fora está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do Estágio Supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade, o curso procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para proatividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O BAP proposto pela UFJF deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

#### 9.5- Organização curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional, extensionista e complementar, revelam as interrelações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam o conjunto de disciplinas obrigatórias comuns a todos os discentes, voltadas à formação cidadã, acadêmica e profissional, excetuando-se as disciplinas extensionistas obrigatórias, assim como:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam disciplinas voltadas à formação cidadã, acadêmica e profissional que irão fomentar o protagonismo discente aprendizagem, excetuando-se as disciplinas extensionistas, assim como:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação extensionista contemplam dez disciplinas extensionistas ofertadas que, por meio de um plano de trabalho construído pelos docentes dessas disciplinas, a fim de distribuir a carga horária de cada disciplina para a extensão, serão integralizadas as horas efetivamente voltadas à extensão, registradas nos planos de trabalho. Essas horas irão integralizar até 318 horas (é possível que parte da disciplina seja convencional – essas horas serão excluídas dos planos de trabalho extensionistas) e, ainda sim, serão disponibilizadas aos discentes, outras atividades extensionistas às quais poderão participar (projetos, programas, eventos, cursos).

E por último, os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.

As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima.

#### 9.6- Carga horária

A carga horária total do curso completa 3.180 horas.

#### 9.7- Matriz curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito semestres e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública (excetuando-se as de extensão e considerando a oferta de disciplinas de 30 ou 60 horas), incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.850 horas;
- II. Atividade Curricular de Extensão (ACE) – Os conteúdos de formação extensionista contemplam dez disciplinas extensionistas de 30 horas cada, a serem ofertadas por meio de um plano de trabalho construído pelos docentes dessas disciplinas, com o intuito de, distribuir a carga horária de cada disciplina para a extensão; serão integralizadas até 318 horas de Atividade Curricular de Extensão (ACE) e, ainda sim, serão disponibilizadas aos discentes, outras atividades extensionistas às quais poderão participar (projetos, programas, eventos, cursos), conforme apresentadas no Quadro 4;
- III. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos semestres III, IV e VIII;

- IV. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 120 horas;
- V. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio de cada IPES.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

**Quadro 2 – Resumo de distribuição da carga horária do BAP**

Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
Disciplinas obrigatórias	170	2.550	80
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	46	690	22
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	118	1.770	56
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	6	90	2
Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
Demais disciplinas	14	210	6
- 4 Disciplinas eletivas	8	120	4
- 3 Disciplinas optativas	6	90	2
Estágio Supervisionado	12	180	6
TCC	8	120	4
Flexibilização Curricular (Atividades Complementares)	8	120	4
<b>Carga horária total do Curso</b>	<b>212</b>	<b>3.180</b>	<b>100</b>
Atividade Curricular de Extensão	Não se aplica	318	10

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da UFJF estão especificadas no Quadro 3:

Quadro 3 – Matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
3	Auditoria e controladoria	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
4	Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
5	Administração Pública Brasileira	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
6	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	2	30	FB	Geral	Obrigatória
7	Ciência Política	2	30	FB	Pub.	Obrigatória
8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
9	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
10	Cooperação Internacional	4	60	FP	Geral	Obrigatória
11	Decisão e Informação na Gestão Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
12	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
13	Direito e Legislação Tributária (ACE)	2	30	FB	Pub.	Optativa
14	Economia Brasileira	4	60	FB	Geral	Obrigatória
15	Empreendedorismo governamental	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
16	Estatística Aplicada à Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Estratégia nas Organizações Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória

18	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
19	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FP	Geral	Obrigatória
20	Gestão da Qualidade no Setor Público	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
21	Gestão de Operações e Logística I (ACE)	2	30	FP	Geral	Optativa
22	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
23	Gestão de Projetos Públicos	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
24	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública (ACE)	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
25	Gestão de Serviços de Saúde (ACE)	2	30	FP	Geral	Optativa
26	Gestão do Conhecimento	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
27	Gestão Social e Participação Popular	4	60	FP	Geral	Obrigatória
28	Governo Eletrônico	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
29	História e Cultura Afrobrasileira (ACE)	2	30	FP	Geral	Optativa
30	Inovação na Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
31	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
32	Introdução à EaD (ACE)	2	30	FC	Geral	Obrigatória
33	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
34	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
35	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (ACE)	2	30	FB	Geral	Optativa

36	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
37	Marketing e Sociedade (ACE)	2	30	FB	Geral	Optativa
38	Matemática Financeira	2	30	FP	Geral	Obrigatória
39	Matemática para Administradores	4	60	FP	Geral	Obrigatória
40	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
41	Métodos e Técnicas de Estudos	2	30	FB	Geral	Obrigatória
42	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
43	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
44	Organização, Sistemas e Métodos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
45	Planejamento Governamental	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
46	Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
47	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
48	Redação Oficial (ACE)	2	30	FB	Geral	Optativa
49	Regulação de Serviços Públicos	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
50	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
51	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
52	Tópicos especiais de gestão municipal (ACE)	2	30	FP	Pub.	Optativa
53	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
54	Teorias da Administração I	4	60	FB	Geral	Obrigatória

55	Eletiva da IPES I (ACE)	2	30	I	I	Obrigatória
56	Eletiva da IPES II (ACE)	2	30	I	I	Obrigatória
57	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I (ACE)	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
58	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II (ACE)	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
59	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III (ACE)	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
60	TCC I	4	60	-	-	-
61	TCC II	4	60	-	-	-
62	Eletiva da IPES III	2	30	I	I	Obrigatória
63	Eletiva da IPES IV	2	30	I	I	Obrigatória
64	Estágio Supervisionado I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
65	Estágio Supervisionado II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
66	Estágio Supervisionado III	4	60	FP	Geral	Obrigatória

Legenda: CR – Créditos; FB – Conteúdos de Formação Básica; FP – Conteúdos de Formação Profissional.

(\*) Sugere-se que a disciplina Introdução à EaD (ACE) seja ofertada como primeira atividade do curso, sendo esta uma iniciativa para facilitar a ambientação do aluno.

#### 9.8- Conteúdo programático

O ementário das disciplinas, que regista os conteúdos programáticos, está definido no Anexo B.

## 9.9- Disciplinas eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do semestre VI, cujos conteúdos remetem a temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional. Os alunos devem escolher as disciplinas eletivas dentre as que já são ofertadas pela IPES.

## 9.10- Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Temas Contemporâneos na Gestão Pública. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração, bem como para integrar diferentes temáticas abordadas nos componentes curriculares cursados em um determinado semestre.

Vale destacar que esta modalidade de seminário permite aos discentes compreender diferentes orientações científicas para se trabalhar um tema, o qual não deve ser visto como algo específico de uma única disciplina, mas também contextualizado com outros conteúdos apreendidos ao longo de componentes curriculares já cursados, o que resulta em uma maior integração de temas que são transversais em dois ou mais componentes curriculares. Esta modalidade de trabalho encontra-se normatizada, conforme pode ser observado no Anexo 03- Orientações Referentes aos Componentes Curriculares Seminário Temático I, II e III. Espera-se que, nessas disciplinas, possam ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública.

## 9.11- Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado totaliza 180 horas e será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio do Curso de Administração Pública da UFJF (Anexo D), em atendimento ao artigo 6 do CNE 001/2014, observados os regulamentos normativos da instituição e o conjunto normativo legal que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, em especial em seu artigo 7.

## 9.12- ACE

Denomina-se o componente curricular que é parte integrante do PPC, tendo como objetivos:

- I. Propiciar a participação ativa e o protagonismo dos discentes na realização das ações previstas;
- II. Estimular a ampliação da inserção de docentes e técnico-administrativos com formação de nível superior em educação na coordenação de ações que visem à formação humanista e cidadã dos discentes e à produção do conhecimento de forma interprofissional e interdisciplinar;
- III. Desenvolver atividades de caráter técnico-operativo que atendam às questões provenientes da comunidade externa ou àquelas consideradas importantes a serem levadas à comunidade, de forma a ampliar as possibilidades de relação entre a UFJF e os segmentos sociais envolvidos;
- IV. Propiciar formação cidadã dos discentes tornando-os agentes de transformação social.

E a UFJF, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), publicou a Resolução nº 75/2022, de 12 de julho de 2022 que estabelece normas para a Inserção da Extensão nos Currículos de Graduação e, por meio de uma Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX), cada curso definirá as suas atividades, a fim de compor as 318 horas necessárias para atender a Resolução nº 75/2022.

Entende-se como extensão as ações acadêmicas identificadas com os fins da UFJF, sendo um processo interdisciplinar, transdisciplinar, cultural, social, científico, político, educacional e tecnológico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, que promove a interação entre a universidade e setores da sociedade.

A CAEX do BAP será formada por professores selecionados em cada edital de início de curso e, os conteúdos de formação extensionista contemplam dez disciplinas extensionistas de 30 horas cada, a serem ofertadas por meio de um plano de trabalho construído pelos docentes dessas disciplinas, com o intuito de, distribuir a carga horária de cada disciplina para a extensão; até 318 horas de ACE serão integralizadas e, ainda sim, serão disponibilizadas aos discentes, outras atividades extensionistas às quais poderão participar (projetos, programas, eventos, cursos), conforme apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Distribuição da carga horária das ACE's

<b>ACE's</b>		
<b>TIPO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Disciplina Introdução à EaD	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Temas Contemporâneos na Gestão Pública II	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Temas Contemporâneos na Gestão Pública III	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Eletiva I	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Eletiva II	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Optativa I	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Optativa II	Até 30 horas	Histórico Escolar
Disciplina Optativa III	Até 30 horas	Histórico Escolar
Participação em projetos de extensão (contemplada ou não com bolsa de órgão de fomento)	Carga horária referente ao evento, até o limite de 60 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Participação em comissão organizadora de eventos, alinhados à temática do curso	Carga horária referente ao evento, até o limite de 15 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Participação em atividades comunitárias e/ou voluntárias	Carga horária referente ao evento, até o limite de 15 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária, emitido(a) por instituição com registro do CNPJ

Participação em empresas juniores	Carga horária referente ao evento, até o limite de 60 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Outras atividades de extensão, passíveis de avaliação	Carga horária referente ao evento, até o limite de 60 horas	A definir pela CAEX

#### 9.13 - Flexibilização Curricular (Atividades Complementares)

As atividades complementares compreendem 120 horas e serão regulamentadas pela UFJF. A oferta das atividades será de livre escolha de cada IPES, mediante regulamento próprio. Dentre as atividades, sugerem-se:

- Oficinas com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública.

Devem ser aplicadas de forma presencial, podendo ser realizadas em cada semestre letivo ou concentradas em semestres específicos.

- Palestras cujos temas permeiam a gestão pública.
- Visitas Técnicas.
- Demais atividades previstas no RAG e no contexto da flexibilização curricular.

## **10 - Estrutura Administrativo-Pedagógica**

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró atividade, de empowerment, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer); do editor ao artista gráfico (web designer) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- o estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;

- professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs);
- professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- tutores: bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”; e
- equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

#### 10.1- Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso. Essa equipe será composta por profissionais de vários órgãos da UFJF, em especial da FACC e do CEAD.

#### 10.2- Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá conforme programação da UFJF e oferta pelo CEAD. A demanda pelo curso de Administração Pública na capacitação e atualização do corpo docente e dos seus tutores seguirá o calendário de cursos ofertados pelo CEAD e sua equipe pedagógica.

#### 10.3 - Docentes que participam da Gestão do Curso

O atual quadro de gestores do curso obedece a determinação da CAPES de selecionar, por meio de editais públicos, todos os membros da equipe multidisciplinar do curso. Sendo assim, o Anexo C apresenta os docentes que participam do curso.

#### 10.4 – Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado

No âmbito institucional, o NDE e o Colegiado do curso de Bacharelado em Administração Pública atuam na instância deliberativa sobre formulação, implementação, desenvolvimento, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso, em todas as suas dimensões, incluindo proposição e supervisão de atividades acadêmicas correlatas.

O NDE e Colegiado são compostos de, no mínimo, cinco professores dos departamentos que ofertam disciplinas ao curso, com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação Stricto Sensu, sendo um deles o coordenador do curso.

A indicação de seus membros compete ao coordenador do BAP e, para sua nomeação, ao Conselho de Unidade, tendo por atribuições:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV- observar os referenciais curriculares ou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação quando se aplicar;

V- realizar avaliação continuada do Projeto Pedagógico do Curso, encaminhando suas conclusões aos órgãos competentes;

VI - analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares.

As ações e os trabalhos realizados pelo NDE e Colegiado estão sistematicamente

registrados em Ata.

#### 10.4 – Conselho de Unidade

De acordo com o Regimento Geral da UFJF, o Conselho de Unidade é o órgão de deliberação acadêmica, administrativa e disciplinar, no âmbito das Unidades Acadêmicas, competindo-lhe:

- a) rever, em grau de recurso, as decisões do diretor da Unidade;
- b) funcionar como órgão consultivo do diretor e como órgão deliberativo nas questões didáticas e administrativas da unidade universitária;
- c) emitir parecer para os conselhos competentes sobre a criação e extinção de cursos de graduação, de pósgraduação ou de qualquer outra modalidade;
- d) aprovar as propostas dos departamentos sobre a contratação, remoção, transferência ou dispensa de pessoal docente;
- e) aprovar as propostas de realização de concurso ou prova de seleção para a admissão de docente;
- f) decidir sobre o afastamento de docente, ouvido o departamento interessado;
- g) rever, em grau de recurso, as decisões dos departamentos;
- h) decidir sobre proposta de criação ou extinção de departamentos e Órgãos Auxiliares, bem como alterações em sua constituição;
- i) estabelecer as políticas de execução orçamentária no âmbito da unidade;
- j) adotar as providências necessárias em casos de indisciplina.

O Conselho de Unidade é composto por:

- a) Diretor da Unidade Acadêmica;
- b) Vice-Diretor da Unidade Acadêmica;
- c) Chefes dos Departamentos Acadêmicos da Unidade;
- d) Coordenadores dos Cursos de Graduação ministrados no âmbito da Unidade;

- e) Coordenadores dos programas de pós-graduação da Unidade;
- f) representação discente, indicada pelo órgão de representação estudantil;
- g) representação dos servidores técnico-administrativos, indicada por seus pares, dentre os lotados na Unidade Acadêmica.

## **11 - Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa**

A EaD, embora prescinda da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- os processos de orientação e avaliação próprios;
- o monitoramento do percurso do estudante; e
- a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o BAP, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático.

### **11.1 - Rede Comunicacional**

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na IPES e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a IPES.

## 11.2 - Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as IPES participantes do programa, com exceção das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que, devido a suas especificidades, ficarão a cargo de cada IPES.

## 11.3 - Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de

apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IPES antes do início do curso e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail; e
- demais materiais didáticos disponibilizados em diversas mídias.

#### 11.4 - Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

Cabe esclarecer que os encontros presenciais acontecerão de acordo com a disponibilidade de recursos e a necessidade de cada disciplina. Paralela e adicionalmente, os encontros acontecerão também para a aplicação de provas presenciais nos polos, como também para a apresentação de trabalhos elaborados pelos discentes.

## **12 - Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem**

### **12.1 - Avaliação Institucional**

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

### **12.2 - Avaliação dos Subsistemas de EaD**

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;

- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados desde relatórios mensais produzidos pela coordenação de tutoria e pelos tutores, passando por reuniões periódicas com o corpo docente, até uma avaliação que compreende todos os envolvidos no curso (alunos, tutores, professores e demais servidores da UFJF).

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

### 12.3 - Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e重构 conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pelo Regimento Acadêmico de Graduação (RAG) da UFJF, sendo que uma avaliação de cada disciplina será realizada pelo estudante de forma presencial no polo em que está situado.

### **13 - Processo de Comunicação-interação entre os participantes**

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- Ferramenta Chat do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Telefone;
- Web conferência.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados:

- Ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, como Fórum, Tarefas, entre outros;
- Vídeos-aulas; E-mail.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

## **Referências**

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jun. 2006.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm).

BRASIL. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União,

Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: XX xxx. XXXX.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2014.

### **COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.**

Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília,

DF: CAPES, 2009. Disponível em:  
[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL\\_N1\\_PNAPDED\\_CAPES\\_2009.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAPDED_CAPES_2009.pdf).

## ANEXO A – Sugestão de Fluxo

1ºSEMESTRE	2ºSEMESTRE	3ºSEMESTRE	4ºSEMESTRE	5ºSEMESTRE	6ºSEMESTRE	7ºSEMESTRE	8ºSEMESTRE
360 h/a	390 h/a	390 h/a	360 h/a	420 h/a	390 h/a	390 h/a	360 h/a
Filosofia e Ética	Instituições de Direito Público e Privado	Administração Pública Brasileira	Direito Administrativo	Estratégia das Organizações Públicas	Gestão de Projetos Públicos	Auditoria e Controladoria	Responsabilidade Social e terceiro Setor
Teorias da Administração I	Contabilidade geral	Estatística Aplicada à Administração	Planejamento Governamental	Gestão de pessoas no Setor Público	Orçamento Público	Regulação de Serviços Públicos	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Políticas Públicas	Negociação e Arbitragem	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Métodos e técnicas de estudos	Matemática para Administradores	Teoria das Finanças Públicas	Organização, Sistemas e Métodos	Economia Brasileira	Licitação, Contratos e Convênios	Inovação na Administração Pública	Empreendedorismo Governamental
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Administração Pública	Matemática Financeira	Decisão e Informação da Gestão Pública	Governo Eletrônico	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Gestão da qualidade no Setor Público	Cooperação Internacional
Psicologia Organizacional	Sociologia Organizacional	Gestão Social e Participação Popular	Optativa II	Gestão do Conhecimento	Eletiva II	Eletiva III	Optativa III
Ciência Política		Optativa I		Eletiva I			Eletiva IV
Introdução à EaD	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Temas Contemporâneos na Gestão Pública II	Temas Contemporâneos na Gestão Pública III			TCC I	TCC II

				Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	
--	--	--	--	-----------------------------	------------------------------	----------------------------------	--

## **ANEXO B – Ementário**

### **Semestre 1**

<b>FILOSOFIA E ÉTICA</b> 60 horas – 4 créditos
<b>EMENTA</b>
Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
CHAUI, Marilena. Iniciação à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2017.  MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.  SERRANO, Pablo Jimenez. Ética e Administração Pública. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>

APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.

## TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração. São Paulo: Cengage, 2017.

LODI, João Bosco. História da Administração. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. A Companhia: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

## INTRODUÇÃO À ECONOMIA

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e

eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2015.
- MANKIW, Nicholas Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.
- GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.
- NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. Introdução à Economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2016.
- SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

#### MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto.

Fichamentos. Normas da ABNT.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNABE, Tierno. As melhores técnicas de estudo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. Introdução às técnicas do trabalho intelectual. Araraquara: UNESP, 1989.

ELSON, Adalberto Teixeira. Leitura dinâmica e memorização. São Paulo: Cultura, 2008.

GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2016.

#### CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil.

Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.

## **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

## **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). Democracia, Mercado e Estado. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

## **PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL**

60 horas – 4 créditos

### **EMENTA**

Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.

### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2014.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERGAMINI, Cecília W. Liderança: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

DEJOURS, Christophe. A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. São Paulo: Campus, 2009.

SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

#### CIÊNCIA POLÍTICA

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, Esteven L. Política: cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

#### INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ACE)

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

Iniciação à ACE. Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino - Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais. Princípios e diretrizes da extensão universitária no Brasil. A extensão na UFJF. A extensão na FACC. Organizações como objeto de estudo e intervenção. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. Pesquisa gerencial em administração: um guia para monografia, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. Política Nacional de Extensão universitária. Manaus, 2012.

HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho de Extensão e Cultura. Resolução nº 03/2022 - Estabelece normas para a inserção da Extensão nos Currículos de Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Regimento de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Juiz de Fora, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Projeto Pedagógico do Bacharelado em Administração. Juiz de Fora, 2023.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALPERSTEDT, G. D.; FEUERSCHÜTTE, S. G.; SILVA, A. B.; FARACO, K. M. D. S. A Contribuição da 'Design Research' para a produção tecnológica em mestrados e doutorados profissionais em Administração. Revista Alcance, v. 25, n. 2, p. 259-273, 2018.

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

NOGUEIRA, M. D. P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SANTOS, G. F. Z.; KOERICH, G. V.; ALPERSTEDT, G. D. A contribuição da design research para a resolução de problemas complexos na administração pública. Revista de Administração Pública, v. 52, n. 5, 2018.

## Semestre 2

<b>INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO</b> 60 horas – 4 créditos
<b>EMENTA</b>
Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.
DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2017.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>

BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

### CONTABILIDADE GERAL

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apuração do Resultado do Exercício.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. Contabilidade introdutória. 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

**COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.** Pronunciamentos. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

**MARION, José Carlos.** Contabilidade empresarial. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

**MARTINS, Eliseu; GELCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de.** Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FIPECAFI: Atlas, 2013.

**RIBEIRO, Osni Moura.** Contabilidade geral. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

**SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F.** Curso de Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2015.

<b>MACROECONOMIA</b> 60 horas – 4 créditos
<b>EMENTA</b>
Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017. KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006. DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia: esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

<b>MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES</b> 60 horas – 4 créditos
<b>EMENTA</b>
Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé H. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.  SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. Mathematics For Business: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. Business Mathematics. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, Accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). Handbook de Administração Pública. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. Documento aprobado. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponible em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. A nova administração Pública: Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. Political Science Quarterly, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. Classics of Public Administration. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.

### SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. Manual de Psicossociologia das Organizações. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. Repensando as organizações: da formação à participação. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologias das organizações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

#### TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I (ACE)

Instituições políticas brasileiras 30 horas

– 2 créditos

#### EMENTA

Disciplina de ACE. Traços constitutivos do agente público brasileiro: a emotividade (cordialidade), a pessoalidade, a informalidade e a plasticidade (flexibilidade x “jeitinho”). A incorporação de valores e costumes às instituições políticas nacionais: a) a constituição do Estado brasileiro sob a influência de Portugal e b) a política de clãs (feudal, parental e eleitoral). A “gramática” política do Brasil, isto é, os elementos mediadores da relação sociedade-Estado: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. Mudanças sócio-institucionais contemporâneas: a redemocratização brasileira e a ênfase em participação e descentralização na Constituição Federal de 1988. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.

NUNES, E. A gramática política do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. Instituições políticas brasileiras. Belo Horizonte: Itatiaia/Rio de Janeiro: UFF/São Paulo: USP, 1987. 2 v.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 11.ed. São Paulo: Globo, 1995. 2v.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SCHWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo brasileiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 177 p.

SORJ, B. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 169 p.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

## Semestre 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e ninguendade. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

## ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. Estatística para Ciências Humanas. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc.

Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. Estatística Teoria e Aplicações. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LOESCH, Claudio. Probabilidade e Estatística. São Paulo: LTC, 2013.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e a sua prática. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014

TRIOLA, Mario. F. Introdução à Estatística. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

## **CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

**60 horas – 4 créditos**

### **EMENTA**

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

ALBUQUERQUE, Claudio; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em:  
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 2 jun. 2017.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo os Resultados Fiscais. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

### TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.
- FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.
- FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública. São Paulo: LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando. Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

#### **MATEMÁTICA FINANCEIRA**

30 horas – 2 créditos

#### **EMENTA**

Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.

FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). Introdução a Matemática Financeira. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

**BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens.** Matemática Financeira: com HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**FERREIRA, Roberto G.** Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Atlas, 2014.

**TOSI, Armando José.** Matemática financeira: com utilização da HP-12C. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.

**VERAS, Lilia Ladeira.** Matemática financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

**VIEIRA SOBRINHO, José Dutra.** Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

### **GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

60 horas – 4 créditos

#### **EMENTA**

Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BEZERRA, Marcos Otavio. Política, Governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BORDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 2001.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2016.

FISCHER, Tânia. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariadne Scalfoni. Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

#### TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II (ACE)

Teorias da democracia 30

horas – 2 créditos

#### EMENTA

Disciplina de ACE. O que é democracia?: a) definição por sua essência (substância) e por seus procedimentos; b) a perspectiva social de Touraine e a visão política de Dahl; c) motivos que tornam a democracia desejável. A gênese da democracia: onde surgiu e como se desenvolveu. Democracia em diferentes escalas: a) critérios de um processo democrático (democracia em pequena escala) e b) instituições políticas fundamentais à democracia (democracia em grande escala). Democracia liberal. Democracia representativa. Democracia participativa. Democracia deliberativa. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DAHL, R. A. Sobre a democracia. Brasília: EdUnB, 2001.

HIRST, P. A democracia representativa e seus limites. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

TOURAINE, A. O que é a democracia? Petrópolis: Vozes, 1996.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRESSER PEREIRA, L. C. Democracia republicana e participativa. In: Novos estudos CEBRAP, São Paulo, v. 71, p. 77-91, mar. 2005.

MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VITULLO, G. O. Desafio da construção de um modelo democrático deliberativo. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 186-231, jan./jun., 2000.

#### Semestre 4

##### DIREITO ADMINISTRATIVO

60 horas – 4 créditos

##### EMENTA

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico- Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Direito Administrativo. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

#### **PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**

60 horas – 4 créditos

#### **EMENTA**

Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARDOSO JR., José Celso (org.). A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dialogosdesenvol04.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. Planejamento no Brasil II. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTROS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. Documento aprovado. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

**METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

60 horas – 4 créditos

**EMENTA**

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Décio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

**ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS**

60 HORAS – 4 créditos

**EMENTA**

Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES; Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

#### DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública.  
Desafios na gestão da informação no setor público.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASSARRO, Antonio Carlos. Sistemas de Informação para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 2011.

LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Editora Person, 2014.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Sistemas de Informação na Administração Pública. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MELO, Ivo Soares. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Pioneira, 2006.

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Cengage, 2012.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. São Paulo: LTC, 2016

STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

#### TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III (ACE)

Governança, transparência e compliance 30 horas – 2  
créditos

#### EMENTA

Disciplina de ACE. O Estado democrático de direito. Princípios constitucionais da Administração Pública. Governança Pública. Ética, transparência e compliance. Capacidade de governança da Administração Pública. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Guia de integridade pública: orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: CGU, 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010.

VALLE, V. R. L. Direito fundamental à boa administração e governança. Belo Horizonte: Fórum, 2011

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Manual para Implementação de Programas de Integridade: orientações para o setor público. Brasília: CGU, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

GLUSTA, P. Como auditar o desempenho ético de um órgão público – uma proposta. Revista do Tribunal de Contas da União, Maio/Agosto, 2015.

Michener, G.; Moncau, L. F.; Velasco, R. B. Estado brasileiro e transparência: avaliando a aplicação da Lei de Acesso à Informação. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PINHO, J. A.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability, já podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

#### Semestre 5

<p><b>ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS</b></p> <p>60 horas – 4 créditos</p>
<b>EMENTA</b>
Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. <i>Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico</i> . Porto Alegre: Bookman, 2007.  MOORE, Mark H. <i>Criando Valor Público: gestão estratégica no governo</i> . Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.  OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <i>Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas</i> . 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>

ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARSELL, John. Administração Estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

#### GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas.

Higiene e segurança no trabalho.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. de. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

#### ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de materiais. Brasília: ENAP, 2015.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

#### ECONOMIA BRASILEIRA

60 horas – 4 créditos

## EMENTA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2007.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2011.

WERNER, Baer. A economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

## GOVERNO ELETRÔNICO

30 horas – 2 créditos

### EMENTA

Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (org.). *Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_48.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. *Governar em rede: o novo formato do setor público*. Brasília: ENAP, 2006.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). *Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas*. Salvador: UFBA, 2012.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em:  
[http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_eGOV\\_2013\\_LIVRO\\_ELETRONICO.pdf](http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: XX xxx. XXXX.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.

#### GESTÃO DO CONHECIMENTO

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARBIERI, Luiz Fernando S. Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: UFF, 2009.

BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública. Brasília: IPEA, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Inteligência pública na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

GATTONI, Roberto Luís Capuruço. Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ELETIVA DA IPES I (ACE)  
30 horas – 2 créditos

(Espaço para texto da IPES)

## Semestre 6

<p style="text-align: center;"><b>GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS</b> 60 horas – 4 créditos</p>
<p><b>EMENTA</b></p> <p>O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto.</p> <p>Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. Softwares para o gerenciamento de projetos.</p>
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b></p> <p>CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b></p> <p>REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.</p> <p>THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. Gestão de Programas e Projetos Públicos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.</p>

GENARI, Breno. Introdução ao PERT básico. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967.  
Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

PRADO, Darcy. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

<p style="text-align: center;"><b>ORÇAMENTO PÚBLICO</b> 60 horas – 4 créditos</p>
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.</p>
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b></p> <p>ALBUQUERQUE, Claudio; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <a href="http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213">http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213</a>. Acesso em: XX xxx. XXXX.</p>
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b></p>

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. Anais [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-70, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, p. 5-15, 2003.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. Disciplina fiscal e qualidade do gasto público. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

### POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bemestar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas.

Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em:  
<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

#### LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Llicitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

#### ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de política públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2012. e-book.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de Programas Sociais. São Paulo: Veras, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v.

56, n. 2, p. 137-160, 2003.

ELETIVA DA IPES II (ACE)  
30 horas – 2 créditos

(Espaço para texto da IPES)

## Semestre 7

<p style="text-align: center;"><b>AUDITORIA E CONTROLADORIA</b> 60 horas – 4 créditos</p>
<b>EMENTA</b>
Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.  CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.  ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Auditoria governamental: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
ARAÚJO, Inaldo. Auditoria Governamental: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.  BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: <a href="https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D">https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D</a> . Acesso em: XX xxx. XXXX.  CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

# REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

30 horas – 2 créditos

## EMENTA

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.

COUTINHO, Diogo R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei. Porto Alegre: ABAR, 2004. Disponível em: <http://abar.org.br/?mdocs-file=47701>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico- econômico brasileiro. Porto Alegre: Fabris, 2000.

CARDOSO, Henrique Ribeiro. O Poder Normativo das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

# NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

60 horas – 4 créditos

## EMENTA

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral.

Arbitragem internacional.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. Negociação e administração de conflitos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. Novos temas de arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). Mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELLA, Roberto Portugal. Medição e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, Renato H. Estilos de negociação: as oito competências vencedoras. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, Jaci Corrêa. Negociação. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

#### INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP- IPEA, 2017. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3117](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3117) 8. Acesso em: XX xxx. XXXX.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. Gestão da Inovação: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). Inovação na Gestão Pública. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.

MOTTA, Paulo Roberto. Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.

#### GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

30 horas – 2 créditos

**EMENTA**

Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da Qualidade na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2014.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. Excelência em gestão pública. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002.

JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.

MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. Gestão da qualidade. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VELOSO, Luiz Paulo. QualiCidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.

**ELETIVA DA IPES III**  
30 horas – 2 créditos

(Espaço para texto da IPES)

**Semestre 8**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEITO SETOR**

**30 horas – 2 créditos**

**EMENTA**

Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CABRAL, Eloisa Helena de. Terceiro setor: gestão e controle social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACRUZ, Adonai José. Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. Terceiro setor: História e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

DRUCKER, Peter F. Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

QUINTEIRO, Eudóxia Acuña (org.). Um sensível olhar sobre terceiro setor. São Paulo: Summus, 2006.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZARPELON, Márcio Ivanor. Gestão e responsabilidade social. São Paulo: Qualitymark, 2011.

#### GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. Gestão ambiental empresarial. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.

#### GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA (ACE)

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

Disciplina de ACE. Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.

PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. Governanças de redes: economia, política e sociedade. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Júnico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. Práticas de gestão de redes de cooperação. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLEURY, Sonia; OUVERNEY, Assis M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo: UNESP, 2014.

#### EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

#### COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

RICÚPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC\\_05\\_05\\_V\\_7.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

DIAS, Reinaldo. Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. História das relações internacionais do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.

**ELETIVA DA IPES IV**

30 horas – 2 créditos

(Espaço para texto da IPES)

**DISCIPLINAS OPTATIVAS**

**REDAÇÃO OFICIAL (ACE)**

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1A)

**EMENTA**

Disciplina de ACE. Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

GOLD, Miriam. Redação Empresarial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

BUSUTH, Mariangela Ferreira. Redação Técnica Empresarial. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.

LEDUR, Paulo Flávio. Manual de Redação oficial. 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.

#### LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) (ACE)

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1B)

#### EMENTA

Disciplina de ACE. Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. Teorias de aquisição da linguagem. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

GESSER, Andrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.

OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em:  
<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TI CA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

MARKETING E SOCIEDADE (ACE)

30 horas – 2 créditos - (disciplina Optativa 2A)

## EMENTA

Disciplina de ACE. Filosofia, papel e impacto do marketing nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do marketing social. O sistema de formação e do planejamento do marketing social. O marketing de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do marketing social. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS; Sérgio Roberto et al. Gestão de Marketing. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing: Teoria e Casos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

PINTO, Djalma. Marketing: política e sociedade. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

LARA, Rodrigo Diniz. Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SLOMSKI, Valmor. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. Revista Eletrônica da Administração (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em:  
<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

### GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I (ACE)

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 2B)

#### EMENTA

Disciplina de ACE. Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão Logística da Cadeia de Suprimento. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.

CHRISTOPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORRÊA, Henrique Luiz. Gestão de Redes de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2013.

DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.

#### DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ACE)

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3A)

#### EMENTA

Disciplina de ACE. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.

CASSONE, Vittorio. Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

#### TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL (ACE)

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3B)

## EMENTA

Disciplina de ACE. O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). Manual do Prefeito. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. Brasília: IPEA, 2011.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmascarando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Guia Básico para a Gestão dos Municípios. Brasília: MP, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.

## HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA (ACE)

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3C)

### EMENTA

Disciplina de ACE. Conceitos essenciais: cultura, identidade, raça e etnia. Elementos históricos afrobrasileiros. Elementos culturais afrobrasileiros. Políticas públicas contemporâneas em favor da igualdade racial. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília: MEC/SEPPIR/SECAD, 2004.

BRASIL. Política nacional de promoção da igualdade racial. Brasília: SEPPIR, 2003.

CUNHA JÚNIOR, H. Africanidades, afrodescendência e educação. In: Educação em debate. Fortaleza, v. 2, ano 23, n. 42, 2001, p. 5-15.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005, p.39-62.

MUNANGA, K. (org). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/UNESCO, 2005.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GOMES, N. L. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: Currículos sem fronteiras, v. 12, n. 1 , p. 98-109, 2012.

KI-ZERBO, J. História geral da África. Metodologia e pré-história da África. Introdução Geral. Brasília: UNESCO, 2010.

MUNANGA, K. O que é Africanidade? In: Revista Biblioteca Entrelivros – Vozes da África. São Paulo, Duetto, edição especial n. 6, p. 8-13, 2007.

UBARAN, M. A.; SILVA, P. B. G. Interlocuções sobre os estudos afrobrasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. In: Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, pp. 130-140, 2012.

#### **GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE (ACE)**

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3D)

#### **EMENTA**

Disciplina de ACE. Introdução à gestão de sistemas e serviços de saúde. Princípios da gestão em saúde no Brasil no contexto das redes. Implantação de modelo assistencial coerente com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da análise crítica de modelos de gerência e assistência em saúde. Gestão de equipe em saúde. Planejamento estratégico e financeiro na gestão em saúde e no SUS. Construções de vídeos realizados pelos alunos para o canal de Youtube do BAP UFJF.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

CAMPOS, GWS. Um método de análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: Hucitec; 2000.

CARNEIRO, Pedro Silveira; FORSTER, Aldaísa Cassanho; FERREIRA, Janise Braga Barros. A dinâmica de três colegiados de gestão regional: um olhar sobre a regionalização e pactuação. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 38, n. 100, p. 57-68, Mar. 2014 . Available from <http://dx.doi.org/10.5935/0103- 104.20140014>.

MACHADO, Juliana Pires; MARTINS, Mônica; LEITE, Iuri da Costa. O mix público-privado e os arranjos de financiamento hospitalar no Brasil. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 39, n. spe, p. 39-50, Dec. 2015 . Available from <http://dx.doi.org/10.5935/0103- 1104.2015S005245>.

KEHRIG, Ruth Terezinha; SOUZA, Edinaldo Santos de; SCATENA, João Henrique Gurtler. Institucionalidade e governança da regionalização da saúde: o caso da região Sul MatoGrossense à luz das atas do colegiado de gestão. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 39, n. 107, p. 948-961, Dec. 2015 . Available from . access on 24 Aug. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-110420151070282>.

VILARINS, Geisa Cristina Modesto; SHIMIZU, Helena Eri; GUTIERREZ, Maria Margarita Urdaneta. A regulação em saúde: aspectos conceituais e operacionais. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 36, n. 95, p. 640-647, Dec. 2012 . Available from . access on 24 Aug. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042012000400016>.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Resolução nº 333, de 04 de Novembro de 2003. Conselho Nacional de Saúde. In: Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.diariooficial.com.br>

BRASIL. Lei 8142, de 28 de Dezembro de 1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.diariooficial.com.br>

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Implicações de decisões e discussões recentes para o financiamento do Sistema Único de Saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 187-199, June 2016 . Available from <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201610915>.

SOARES, Adilson; SANTOS, Nelson Rodrigues dos. Financiamento do Sistema Único de Saúde nos governos FHC, Lula e Dilma. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 100, p. 1825, Mar. 2014. Available from . access on 24 Aug. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.5935/0103104.20140002>.

**ANEXO C – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso**

Função	Docente	Formação	Titulação	Dedicação
Coordenação do Curso	Rodrigo Ferraz de Almeida	Ciências Contábeis	Doutor	DE
Professores das Disciplinas (internos)	Eduardo Duarte Horta	Ciências Contábeis	Mestre	DE
	Danilo de Oliveira Sampaio	Administração	Doutor	DE
	Virgílio Cézar da Silva e Oliveira	Administração	Doutor	DE
	Márcio de Oliveira	Engenharia da Produção	Doutor	DE
	Marco Antônio Silveira de Almeida	Economia	Doutor	DE
	Cristina Sayuri Cortes Ouchi Dusi	Administração	Doutora	DE
	Mateus Clóvis de Souza Costa	Ciências Contábeis	Doutor	DE
	Renata de Almeida Bicalho Pinto	Administração	Doutora	DE
	Rodrigo Oliveira da Silva	Administração	Doutor	DE
	Heloisa Pinna Bernardo	Engenharia Mecânica	Doutor	DE
	Leandro Ribeiro Silva	Economia	Doutor	DE
	Victor Cláudio Paradela Ferreira	Administração	Doutor	DE
	Anderson Lopes Belli Castanha	Engenharia da Produção	Doutor	DE

Os professores do BAP, modalidade à distância, da UFJF foram recentemente selecionados de acordo com determinação da CAPES, obedecendo a editais públicos de seleção para professores internos e externos à instituição. A partir desses resultados, além dos professores indicados anteriormente, o curso conta com um banco de reserva de professores externos já selecionados por pelo menos 4 anos. Isso não descarta novas seleções de professores ao longo do processo.

## **ANEXO D -**

### **REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

#### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1 - O presente regulamento tem como objetivo regulamentar a realização de estágios pelos alunos do Bacharelado em Administração Pública em conformidade com o previsto no Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 (Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública) e a lei nº 11.788/ 2008, “Lei do Estágio”.

Art. 2 - Conforme disposto no RAG, o estágio é a atividade de aprendizagem proporcionada ao estudante pela participação em situações reais, dentro e fora da Universidade, que lhe permita vivenciar, aplicar e aprofundar os conhecimentos e objetivos do Curso compreendendo as seguintes modalidades: obrigatório e não-obrigatório.

Art. 3 - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, cada instituição de ensino superior possui autonomia para legislar sobre esta questão e o RAG da UFJF possibilita que cada Projeto Pedagógico do Curso (PPC) possa indicar e justificar a modalidade mais adequada para seus discentes, obrigatoriedade ou não do estágio supervisionado. Nesse sentido, no PPC do Bacharelado em Administração Pública da UFJF consta a obrigatoriedade do estágio supervisionado para todos os bacharelandos.

#### **CAPÍTULO II - DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO (COE)**

Art. 4 - De acordo com o RAG, cada Curso deve constituir uma Comissão Orientadora de Estágio (COE).

Art. 5 - A COE do Bacharelado em Administração Pública possui a seguinte composição:

- a. Coordenador(a) do Bacharelado em Administração Pública;
- b. Vice-Cordenador(a) do Bacharelado em Administração Pública;
- c. Coordenador(a) de Tutoria do Bacharelado em Administração Pública;
- d. Técnico(a) Administrativo em Educação que secretaria o curso.

§ 1º - São possíveis professores orientadores todos os professores selecionados para lecionar no curso. § 2º - O mandato dos representantes dos professores orientadores expira no prazo definido pelo edital de seleção dos docentes do curso;

§ 3º - Não há parâmetros máximos nem mínimos de orientados de estágio por professor, tal alocação fica a critério da COE do curso;

Art. 6 – A presidência da COE fica a cargo do(a) coordenador(a) do curso e a vice coordenação da COE, do vice-coordenador(a) do curso;

Art. 7 - Compete à COE do Bacharelado em Administração Pública:

- a. Receber os pedidos de homologação de estágio dos alunos do curso e encaminhá-los para instância superior.
- b. Decidir em reunião colegiada sobre os casos não contemplados no presente Regulamento.

Art. 8 - Compete ao Presidente e ao Vice-presidente da COE:

- a. Convocar e presidir as reuniões da COE;
- b. Coordenar as atividades de programação de estágios;
- c. Encaminhar os termos de compromisso de Estágio Obrigatório de acordo com os termos dos respectivos convênios e com a legislação em vigor;
- d. Convocar o Professor Orientador e/ou o aluno estagiário sempre que necessário para esclarecimentos e/ou questionamentos acerca do andamento do estágio; e. Aprovar os planos de atividade propostos para os estágios.

Art. 9 - Compete ao Professor Orientador:

- a. Colaborar com o estudante na elaboração do programa das atividades a serem desenvolvidas no estágio;
- b. Acompanhar o desenvolvimento das atividades programadas;
- c. Zelar pelo cumprimento do programa de estágio;
- d. Lançar no SIGA o conceito reprovado ou aprovado após a entrega do relatório final de estágio obrigatório.

### **CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

Art. 10 - O Estágio Obrigatório do Bacharelado em Administração Pública só pode ser realizado em organizações que possuam convênio para tal finalidade com a UFJF.

Art. 11 - O Estágio Obrigatório pode ser realizado pelos alunos que estiverem entre o quinto e o sétimo períodos do curso, sendo computadas 60h para cada etapa do Estágio Curricular

Supervisionado (I, II e III), totalizando 180h.

Art. 12 – Os alunos que já atuarem profissionalmente na área ou em área convergente, na iniciativa pública, privada ou pública não-estatal, podem solicitar a equivalência desta atividade à realização de estágio obrigatório, desde que comprovem tal atuação pelo período necessário e realizem um relatório detalhado das atividades desenvolvidas.

Art. 13 – Não são aceitos pedidos de equiparação de estágio obrigatório com atividades de extensão, de monitoria e de iniciação científica.

Art. 14 - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 15 - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a lei do estágio.

Art. 16 - O Estágio Obrigatório é uma atividade orientada contando para isso com Professor Orientador credenciado junto a COE.

§ 1º - O aluno deve ter um supervisor pertencente à organização na qual realiza o estágio;

§ 2º - O supervisor deve ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso;

§ 3º - O aluno estagiário deve apresentar um programa de estágio ao Professor Orientador; § 4º - O aluno deve apresentar um relatório final de estágio.

#### **CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 17 - O Colegiado do Bacharelado em Administração Pública é a instância recursiva das decisões da COE.

Art. 18- Revogam-se as normas e regulamentos anteriores de estágio do Bacharelado em Administração Pública.

Art. 19- Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado do Bacharelado em Administração Pública

Aprovado pelo Colegiado do Bacharelado em Administração Pública em 26/06/2023